

ASTRO DE MINAS.

Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publica-los pela imprensa, sem dependencia de censura; contanto que hajão de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos e pela forma que a Lei determinar.
(Art. 179 §. 4 da Const.)

S. João d'El-Rei na Typographia do Astro de Minas 1850. Rua direita N. 580.

ARTIGOS D'OFFICIO.

Continuação do N. antecedente.

Art. 43. OS Jurados, que faltarem às Sessões (ordinarias, ou extraordinarias) ou que, tendo comparecido, ausentarem antes d'ultimadas todas as causas, serão multados segundo o Juizo do Jury, e pela materia absoluta de votos de 20 a 40\$ rs. salvo se tiverem justa causa provada perante o mesmo Jury.

A esta pertence fazer n'aquelle mesmo acto a supposição da pena, lançando a por termo em hum Livro para isto destinado.

Art. 44. Não havendo possibilidade de se formar o Jury, o Juiz de Direito multará, na forma do Artigo antecedente, todos os que tiverem faltado sem justa causa perante elle n'aquelle mesmo acto apresentada.

Art. 45. Entrando se no sorteamento para a formação do Jury, e á medida que o nome de cada hum Juiz do Facto for sendo lido pelo Juiz de Direito, forão o accusado, e accusador suas recusações sem as motivarem.

O accusado poderá recusar tantos quantos na conformidade da Art. 20 são necessarios para formar o Jury, o accusador depois d'elle poderá recusar metade desse numero, e se preenclerá o numero em outros tirados á sorte.

Art. 46. São accusados forem dous, ou mais, poderão combinar suas recusações, mas não combinando, recusará cada hum a parte, que lhe tocar proporcionalmente: s'algum d'elles não quizer recusar, reverterá isto em beneficio dos outros.

Art. 47. São inhibidos de servir no mesmo Jury ascendentes, e seus descendentes, sogro, e genro, irmãos, e cunhados, durante o cunhadio.

D'estes o primeiro que tiver sabido a sorte, he que deve ficar, não sendo impedido.

Art. 48. Os Promotores devem officiar como accusadores Publicos, nos casos do Art. 2. §. 1., até 10 inclusive.

Nos mais casos só a parte offendida será admitida a accusar.

Art. 49. Não proseguirá porora a accusação no Jury de julgamento nos casos do §. 1.º do Art. 2. sem expressa authorisação da Câmara Legislativa, contra a qual tiver sido dirigida a offensa, ou de qualquer d'ellas, quando a offensa for contra a Assembléa Geral.

Art. 50. Qualquer Cidadão pode representar ao Promotor para este officiar nos casos em que o deve fazer, para o que lhe subministrará o impresso escrito, ou gravura, que denunciar; e se o abuso tiver sido por palavras, l'he communicará por escrito circumstanciadamente, e com declaração do tempo, do lugar, e das testemunhas presencias ao acto denunciado.

Art. 51. S'ó Promotor se recusar á esta requisição, promoverá a accusação o seu substituto, (assim em diante) e se procederá contra aquelle do mesmo modo, que se procede contra os que prevaricão em seus officios.

Art. 52. Na petição de denuncia de qualquer impresso ou escrito s'articulará, e se qualificará indispensavelmente a provocação, injuria, ou qualquer outro facto diffamatorio, ou offensivo, que der motivo á queixa.

Art. 53. Em todo o caso, em que o abuso tiver sido por palavras, formar se ha perante o Juiz de Paz, e á requisição do Promotor ainda sem denuncia, ou de parte offendida, hum processo verbal preparatorio, que será entregue á parte interessada, para intentar sua acção.

Art. 54. Os impressores ficarão obrigados a mandar ao Promotor do Jury, onde estiver a imprensa, hum exemplar de todas as obras, que imprimirem, sob pena do duplo do valor impresso.

Art. 55. Participando o Promotor por escrito ao Juiz de Direito, que o impressor faltou á essa obrigação, procederá o Juiz de Direito ex officio, mandando autuar a participação, e sem mais formalidade, que a audiencia do impressor, l'he

que for do processo, fazer copia do termo, e da sentença condemnatoria do Procurador da Camara, e que presentar, para que se possa publicar pela Imprensa, e na outra se fazer logar.

Igual publicação se fará dos nomes dos Jurados, que mais assíduos forem em assistir às sessões.

Art. 77. Os Presidentes das Camaras Municipaes providenciarão sobre todas as cousas precisas, e requisições do Juiz do Direito.

Art. 78. As sessões do Jury serão todas publicas, excepto quando houver votação; mas ninguém assistirá a ellas com armas, de qualquer natureza que forem, sob pena de serem presos como em flagante, e processados na forma da Lei.

Art. 79. Os Jurados podem em qualquer estado das suas deliberações mudar de Presidente, se assim convierem entre si.

Art. 80. Na prestação dos Juramentos basta que o primeiro que o der, feiz a formula; dizendo depois cada hum dos outros assim o jurô.

Art. 81. As testemunhas depondo separadamente, e depois quando se misturarem cotrosas.

Art. 82. O Juiz de Facto, que for no Jury de accusação, não poderá ser de Julgamento.

Art. 83. Nas Cidades, e Villas onde não ha Jurados, eleger se hão de de logo, que esta Lei for publicada; e se fará até bora eleição na forma do Art. 19.

Art. 84. A liquidação de perdas, e danos, quando se julgar que tem lugar será feita por arbitros.

Art. 85. No caso d'impossibilidade de pagamento das multas, serao commutadas no 5.º parte mais da pena de prisão comminada nos respectivos Artigos.

Art. 86. O Promotor terá por cada acção, que intentar, em que o Jury não achar materia para a accusação, o honorario de 40000 rs.; e por aquellas em que tiver lugar a accusação, e elle levar ao Jury, o honorario de 10000 rs.

Art. 87. Ficão abrogadas todas as Leis, Alvaras, e Decretos, e todas Resoluções em contrario.

Mandamos por meio de cartas as Autoridades, a quem o conhecimento, a execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, fação cumprir, e mandarem ao immediatamente como nella se contem. O Secretario do Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 20 dias do mez de Setembro de 1830. Nono da Independencia, e do Imperio. — IMPERADOR Com Guarda. — Visconde d'Alcantara.

Acto communicado.

A Real Academia do Sr. D. Carlos Castello p.º a Real Academia de Constituição na Sessão de 20 de Setembro de 1830, e a Real Academia do mesmo Deputado para que se repete e fizesse a leitura de qualquer Deputado feita na conformidade das Instrucções de 26 de Março de 1824, e Decreto de 19 de Julho de 1828, ou pelos Eleitores da actual Legislação, ou por outros elitos em Assembleas primarias, segundo o estatuto das Camaras Municipaes. Dois membros da Comissão entenderão o negocio de hum modo, o terceiro (as Leis) Sr. Ernesto Ferreira Franca entender de outro, e por causa desta dissidência deu o seu voto em separado. A 30 do corrente Outubro a requerimento do Sr. Ferreira de Mello, depois de vencida a arguição entre em discussão o parecer conjunctivamente com o voto em separado. Sobre esta materia fallando os Srs. Ferreira de Mello, Vasconcellos, Luiz Cavalcanti, Hollanda, Cavalcanti, Carneiro da Cunha, Paulo Araújo, Henrique de Resende, Manoel Continho, Paulino de Albuquerque, Hugo Barros, Augusto Xavier, Silveira, Ernesto, e Manoel, hums approvando o voto em separado, e contra o parecer, e outros cinco depois de realizada discussão, ao requerimento do Sr. Ferreira de Mello se remetteu a outra Comissão, a qual a vista das emendas offerecidas, e tendo em attenção as idéas emitidas, dará hum parecer, que possa satisfazer a vontade da maioria da Camara. Durante a discussão, que durou tres horas, excellentes idéas se emitirão acerca da intelligencia da Lei; hums Deputados julgando nullas todas as eleições, que se houverem de fazer por outros Eleitores, que não sejam os eleitos em 1828; outros demonstrando que a Lei não era tão clara como se queria julgar, para não serem validas as eleições, que por ventura se fizessem com hums e outros Eleitores, como acontecera ultimamente em Minas; porém pelo que pude colligir da discussão, entendi que a maioria da Camara propendera, e se fez pelo voto em separado do Sr. Ernesto, por ser aquelle que nas actuaes circumstancias preenche o fim a que todos devemos aspirar, e he approvare as eleições tais e quaes se acharem feitas. E qual outro meio approvaria a Camara, que não occasionasse desordens, e confusões? Os novos Eleitores não querêrão descer da sua categoria, para ceder aos de 1828; e ainda quando quizessem, o povo não quereria, e diria a Lei não era clara, e dando se diversas interpretações a ella, se deliberou da forma em que se achia executada: os nossos constituidos forão de nossa ultima escolha, e vontade, e não podemos

consentir, que outros, que não são, reassunhão hum direito, que nos por nossa ultima deliberação julgamos prudente assar, e conferir a novos procuradores. Ora, se assim argumentarem, argumentão bem, porque o povo diariamente augmenta os seus conhecimentos, e a proporção das suas luzes, elle vê melhor, e por consequencia a sua escolha vai sempre a par da sua intelligencia; tanto maior for elle, tanto melhor escolha haverá. E então assim, como consentiria o povo em hum retrogradação de principios? Isto seria trabalhar para anarquizá-lo, e não para construir, e pacificar, que he hum dos muitos fins para que se abraçou o Systema Constitucional. Concluindo, e resumindo os principios estabelecidos: direi que o seguinte voto do Sr. Ernesto Ferreira França (que de certo será approvado pela Camara) he o que deve ser adoptado pelas Camaras Municipaes, para lhes servir de regra na futura eleição, a que se vai proceder, para preencher a vaga, que deixou o Sr. Maia na Camara dos Srs. Deputados.

Voto separado.

O abaixo assignado, membro da Commissão de Poderes, examinou a indicação do Sr. Deputado Lino Coutinho, e ponderando: 1.º, que esta Camara tem direito de declarar sua opinião, e sentimentos todas as vezes, que parecer que o Governo tem querido desviar, ou empecer os Cidadãos Dilectos na Marcha Constitucional; e que muito releva, que ella exercite este direito, quando se trata dos grandes interesses nacionaes, como quem deve promover o bem geral da Nação, e velar na guarda da Constituição: (art. 15 §. 9.º da Const.) 2.º, que po a esta Camara compete verificar os poderes de seus membros, e por isso conhecer da validade das Eleições dos mesmos (art. 21.º); 3.º, que lhe parece incontestavel estar em vigor a intelligencia dada de Instruções de 26 de Março de 1824, pela Resolução de 9 de Agosto de 1827; resolução, que não criou, nem por sua natureza podia criar direito novo; mas unicamente expoz a intelligencia, que todas as rammas do Poder Legislativo davão aquellas instruções, que nessa parte o Decreto de 29 de Julho de 1828 não declarou revogadas.

4.º, Que não obsta o não ter sido sancionada a revogação da mesma Resolução, que foi pela Assembléa Geral feita nesta Sessão, porque isto em nada altera o direito já existente, e entendido na forma já humas vezes declarada por todos os ramos do Poder Legislativo; devendo antes suppor-se em tal caso, que a falta de Sanção nasceo da necessidade de hum novo acto a semelhante respeito. 5.º Que neste mesmo sentido foi tomada, o Sancionada a Resolução, que restituiu o Ci-

dadão Paulo José de Mello ao exercicio do cargo de Eleitor, pelo tempo de actual Legislatura. 6.º Finalmente, que as Camaras Municipaes pertencem promover as Eleições dos membros das Camaras Legislativas do (art. da Lei) 1.º de Outubro de 1828.

Ho de parecer, que segundo a boa, e verdadeira intelligencia das Instruções de 26 de Março de 1824, contida na citada Resolução de 9 de Agosto de 1827, se declare, que he valida a Eleição do Deputado ordenado pelo art. 29 da Constituição feita pelos Eleitores nomeados para a primeira Eleição da qualquer Legislatura; mas que em qualquer Provincia, ou parte della, em que por isso já se tiver procedido a nomeação de novos Eleitores, compita a estes o fazer a referida eleição: e que assim se publique, e communique ás Camaras Municipaes. Paço da Camara dos Deputados ao de Outubro de 1830. — Ernesto Ferreira França.

CORRESPONDENCIA.

Sr. Redactor do Astro.

Como sou amigo de ler Periodicos, os dias passados indo a casa de hum amigo vi certo volume de folhas, e indo a te las disse-me não perca o tempo meo amigo em ler isso alho que essas folhas são do Telegrapho, que por hum celebre engano, e astucia dos Srs. Telegraficos aqui vierão parar; e apesar de ter ouvido fallar malissimamente do tal Periodico; contudo tive a curiosidade de as ler: mas qual foi a minha admiração, Sr. Redactor, quando vi as paginas de tres folhas cheias de adulação aos Governantes, e de descomposturas, ao nosso Illustrado Deputado Vaseconcellos, José Custodio, Ernesto França, Evaristo, Padre Bhering, José Pedro de Cayulho, quasi todos de meo conhecimento, e em quem reconheço tanto amor a nossa Patria, a Constituição, e ao nosso Augusto Monarcha. E cheio de indignação atirei aos pés, e disse ainda ha quem conta taes escriptinhadores, e horreadores de papeis, que se servem para insultar aos homens probos, e aviltar os Periodicos Liberaes, e Constitucionaes; aqui me respondeo o meo amigo; não me admira tanto isso, como haverem homens, que queiram gastar o seu dinheiro com humas folhas tao pessimas, que serve de aborrecimento a todo o bom Cidadão, tanto assim que aqui neste lugar onde rezido não ha hum assignante della. E entrando nós ambos em consulta sobre o destino que lhe haviamos de dar assentamos, de eu as levar para casa, e dar-lhes destino.

Rogo lho Sr. Redactor de hum cantinho na sua estimadissima folha a estas mal traçadas linhas, com que lhe ficará muito obrigado hum seo assignante o

Curioso de ler Periodicos.

AVISO.

João Chrisostimo Thiebaut, morador na rua de S.º Francisco, avisa ao publico, á seus amigos, e frequentes, que tem chegado á esta Villa com hum lindo sortimento de fazendas de varias qualidades, e que ha de vender por preços muito commodos.